

A metáfora e o ser

Érico Fumero de Oliveira*

Resumo. Neste texto, apresentaremos a interpretação da metáfora do filósofo francês Paul Ricoeur como instrumento de compreensão do Ser. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, faremos uma análise da obra *A metáfora viva*, de Ricoeur, e na segunda, abordaremos a compreensão de *metáfora* e as implicações filosóficas para a compreensão do Ser.

Palavras-chave. Metáfora; Ser; Filosofia; Literatura; Paul Ricoeur.

Abstract. This article presents an interpretation of the metaphor of the French philosopher Paul Ricoeur, as an instrument of comprehension of the human being. The article is divided in two sections. The first contains an analysis of the work "The Living Metaphor" of Paul Ricoeur, and the second addresses the comprehension of the metaphor and its philosophical implications for the comprehension of the human being.

Keywords. Metaphor; Human Being; Philosophy; Literature; Paul Ricoeur.

Exporemos a seguir as etapas de construção do estatuto semântico da metáfora na obra *A metáfora viva*,¹ do filósofo francês Paul Ricoeur, restringindo o estudo da metáfora ao âmbito do significado, o que, na *MV*, equivale aos Estudos I a VI, especialmente os Estudos III e IV. Em um segundo momento, nos consagraremos à questão da referência, na perspectiva da hermenêutica, o que, na *MV*, corresponde aos Estudos VII e VIII. Como veremos, são duas as teses centrais da *MV*:

1. a metáfora é mais do que uma figura de estilo, porque contém uma inovação semântica;
2. a metáfora inclui uma dimensão denotativa ou referencial, a saber, o poder de redescrever a realidade e o Ser.

Primeira parte

A temática metafórica chegou a nós por meio de uma disciplina morta: a retórica (RICOEUR, 2000a, p. 17). Levando isso em consideração,

* Doutorando em Filosofia. Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha. E-mail: erico-fumero@gmail.com

¹ A metáfora viva (MV) é resultado de um seminário ocorrido na Universidade de Toronto, no outono de 1971, com a colaboração do professor Cyrus Hamlin, no Departamento de Literatura Comparada. A este seminário somam-se, nos anos posteriores, os cursos oferecidos nas universidades de Louvaina, Paris-X e Chicago, bem como o seminário de pesquisas fenomenológicas. O contexto geocultural do nascimento dessa obra explica o diálogo que o autor, herdeiro da tradição filosófica continental, estabelece com a chamada filosofia analítica, e a dupla atenção dada à literatura francesa e anglo-saxônica.

Paul Ricoeur inicia seus estudos retomando a perspectiva da retórica antiga e clássica, que teve em Aristóteles o principal teórico, tendo ele determinado a definição de *metáfora* na história do pensamento ocidental.

No capítulo III da *Retórica*, Aristóteles afirma que: “[...] as metáforas não devem ser tomadas de longe, mas de objetos que pertençam a um gênero próximo ou uma espécie semelhante, de maneira que se dê um nome àquilo que até aí não o tinha e veja-se claramente que o objeto designado pertence ao mesmo gênero.” (ARISTÓTELES, s/d, p. 198-99)

Em outra obra de Aristóteles, a *Poética*, a metáfora é definida como “a transferência para uma coisa do nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero de outra, ou por analogia” (ARISTÓTELES *apud* RICOEUR, 2000a, p. 24).

Para Aristóteles, sublinha Paul Ricoeur, há dois campos de discurso: um ocupado pela retórica e outro, pela poética.

O próprio da retórica é a técnica da eloquência. Seu gênero argumentativo não é o necessário, mas o verossímil. Por isso seu estatuto metodológico é um misto “entre o conceito retórico de persuasão e o conceito lógico de verossímil, e [...] sobre essa relação sustenta todo o edifício de uma retórica filosófica” (RICOEUR, 2000a, p. 22). A retórica, em sua maior parte, por ser a arte da argumentação, é definida como arte de inventar ou encontrar provas. Esta é sua intenção.

Quanto à poética, ela se ocupou com a questão da *mimesis*, cujo “modo próprio é dizer a verdade por meio da ficção, da fábula, do *mythos* trágico” (RICOEUR, 2000a, p. 23). O discurso poético não se caracteriza, portanto, pela eloquência porque não visa à persuasão. Ele nada quer provar, seu projeto é *mimético*. Busca dizer a verdade por meio de uma ficção. Seu núcleo próprio é o que hoje denominamos *literatura de ficção*.

É interessante notar que, em Aristóteles, a metáfora exerce, em um certo modo, a função de dobradiça do campo linguístico, quase assumindo uma dimensão anterior e original com relação à separação dos universos de discurso e, por essa razão, central no nascimento da linguagem na sua globalidade. Na *Retórica* e na *Poética*, a metáfora é posta sob a rubrica da *léxis* (discurso). Para Paul Ricoeur, Aristóteles faz com que a análise da *léxis* ou discurso tenha a ver com os *constituintes* e não com os modos de elocução, ou seja, na retórica clássica a arte ou maneira de dizer designa também a es-

colha de palavras e o seu arranjo no interior de uma obra, isto é, a seleção e disposição das palavras e frases. Essa mudança de nível do discurso para suas partes resulta, para a teoria da metáfora, na designação do nome (*onoma*) como termo comum à enumeração das partes do discurso e à definição da metáfora (RICOEUR, 2000a, p. 25).

A definição de metáfora dada por Aristóteles é, portanto, apresentada como *epífora* do nome, isto é, uma transferência, um movimento de *deslocamento de... para...* Na opinião de Paul Ricoeur, o Estagirita situa a metáfora no segmento do discurso, isto é, no nome. Isso explica que ela seja a substituição de um nome. Na concepção de Paul Ricoeur,

[...] é a ideia de substituição que parece a mais prenhe de consequências, pois, se, com efeito, o termo metafórico é um termo substituto, a informação fornecida pela metáfora é nula, o termo ausente podendo ser restituído caso exista; e, se a informação é nula, a metáfora tem somente um valor ornamental, decorativo. (RICOEUR, 2000a, p. 37)

A metáfora é como um *tropo*,² presente na *Retórica* e na *Poética*. Durante muito tempo ela será vista como *epífora*, ou seja, como a transferência ou o deslocamento do significado no nível das palavras e não no nível das sentenças. Dessa interpretação resultou boa parte da concepção de metáfora que atravessou os séculos.

Além de estar ligada à substituição de *nomes*, a definição aristotélica da metáfora compreende uma divisão em quatro tipos de *epíforas*:

- a primeira é uma transferência do gênero para a espécie, a sinédoque³ particularizante, que toma a parte pelo todo;
- a segunda é a transferência da espécie para o gênero, a sinédoque generalizante, indo do particular para o geral;

² Tropo: do grego *trópos*, do verbo *trépo*, “gírar”. É uma figura de linguagem em que ocorre uma mudança de significado, seja interna (no nível do pensamento) ou externa (no nível da palavra).

³ Sinédoque: tipo especial de metonímia baseada na relação quantitativa entre o significado original da palavra usada e o conteúdo ou referente lembrado.

- a terceira é uma transferência da espécie para a espécie, a metonímia,⁴ que consiste em uma transnomação de objetos ou na passagem de um nome para outro; e
- a quarta é uma substituição de um nome pelo outro, metáfora específica que se apoia na analogia.

Ao longo da história, a retórica foi reduzindo a compreensão aristotélica de *metáfora*, chegando a defini-la somente a partir da figura aparentada à quarta espécie, definida por Aristóteles como a via da analogia (FILIPAK, 1983, p. 24-28). É assim que, no século XIX, Pierre Fontanier sintetizará as metáforas no *tropo* por semelhança, definindo-as como as figuras que consistem em apresentar uma ideia sob o signo de outra ideia mais conhecida (RICOEUR, 2000a, p. 93-99). Ele identifica a metáfora como o *tropo* de uma palavra por semelhança e demonstra que essa figura abarca todas as classes de palavras, ao contrário da sinédoque e da metonímia, que se limitam ao nome.

Paul Ricoeur observa que é preciso eliminar o que ele considera o significado da palavra enquanto um *tropo* e superar essa concepção para chegar a uma compreensão da metáfora como uma predicação, uma atribuição no nível do discurso. Esta concepção é a passagem do nível retórico ao semântico. A frase é a unidade portadora de significação completa e mínima, e a semiótica, que em um primeiro momento se preocupava apenas com os signos, adquire então uma perspectiva diferente. Ela irá considerar a palavra como um signo, mas um signo no código lexical. No estudo *A semântica e a metáfora*, Paul Ricoeur busca situar a reflexão da metáfora no nível do discurso. Nas palavras de Rezende, Ricoeur vai abrir

[...] um debate entre a semiótica e a semântica. Nosso filósofo começa por afirmar que há uma grande vantagem em omitir a abordagem linguística do discurso, como se vê na *linguistic analysis*, feita por lógicos e epistemólogos, na medida em que isto permite atingir diretamente os traços próprios do discurso, sem que haja necessidade de opô-los a alguma outra coisa, como ocorre na oposição língua-fala, própria da

⁴ Metonímia: figura de retórica que consiste no uso de uma palavra fora do seu contexto semântico normal, por ter uma significação que tenha relação objetiva, de contiguidade, material ou conceitual, com o conteúdo ou o referente ocasionalmente pensado. Não se trata de relação comparativa, como no caso da metáfora.

linguística. Propondo-se a seguir este caminho, ele toma como guia de seu estudo a distinção entre semântica e semiótica estabelecida por Benveniste, ligando a este eixo de orientação os resultados da filosofia analítica anglo-saxônica. (REZENDE, 2000, p. 101)

A escola anglo-saxônica citada por Paul Ricoeur é encabeçada por I. A. Richards, Max Black e Monroe Beardsley.

Inicialmente, Benveniste acentua a relevância da escolha do termo *discurso* na medida em que se evita a quase exclusão da fala, considerada secundária no âmbito da linguística da língua. A distinção entre as unidades da língua e do discurso nasceu da consideração do autor de *Problemas de linguística geral* sobre a diferença qualitativa de um aspecto da linguagem (BENVENISTE *apud* RICOEUR, 2000a, p. 116).

A partir de Benveniste, Paul Ricoeur procura distinguir na linguagem uma semiótica e uma semântica. A primeira se refere aos signos e a segunda, à frase, uma irreduzível à outra, refletindo lugares hierárquicos diversos. Se o signo é virtual, a frase é um genuíno evento de fala, não resulta da soma de signos, compõe-se de signos, mas em si mesma não é um signo. A frase é uma entidade diferente, que exige formas próprias de aproximação e descrição. A semiótica é a ciência dos signos linguísticos; a semântica é a ciência da frase e se refere diretamente ao conceito de *sentido*.

A proposição não é um signo. Daí resulta que a frase (proposição) é a unidade do discurso, como conclui Benveniste, citado por Ricoeur: “A frase, criação indefinida, variedade sem limites, é a própria vida da linguagem em ação.” (RICOEUR, 2000a, p. 111)

Para o filósofo, essas considerações de Benveniste têm consequências metodológicas importantes. A linguística da língua se refere ao signo; a linguística do discurso, à frase. Esta última se forma e se configura na primeira. Aí começa a linguagem. Benveniste diz que o estudo da língua corresponde à semiótica e o do discurso, à semântica. Paul Ricoeur expressa que “a distinção entre semântica e semiótica é a chave de todo o problema da linguagem” (RICOEUR, 2000b, p. 20).

Paul Ricoeur, ainda seguindo o estudo de Benveniste, diz que há quatro traços do discurso postos à luz por uma linguística da frase ou semântica. Tais traços, em conjunto, constituem a linguagem enquanto discurso.

O primeiro traço é que o discurso é evento de linguagem temporalmente e no tempo presente, oposto à virtualidade do sistema. Ora, aquilo que parece ser a fraqueza do discurso, como se fosse um evento passageiro, mostra-se como a condição de existência da língua, pois são os atos de discurso que atualizam o código. Além do mais, o ato de discurso não é simplesmente transitório, porque pode ser identificado e reidentificado por seu conteúdo proposicional, que tem relação direta com a questão da predicação, como o lado *objetivo* do evento da fala. Mas evento e significação têm de ser vistos em uma relação dialética, pois “se todo discurso se atualiza como um evento, todo discurso é compreendido como significação” (RICOEUR, 2000b, p. 23). E a significação se liga ao conteúdo proposicional. Com isso, o evento é superado dialeticamente na significação.

Um segundo traço do discurso é o reenvia ao locutor por uma série de indicadores, sendo, portanto, autorreferencial. Com efeito, a significação aponta tanto para aquele que fala quanto para aquilo que ele fala. O sentido da enunciação aponta para o significado do locutor, pela autorreferência do discurso a si mesmo enquanto evento, pois o evento é alguém falando. Nesse sentido, Paul Ricoeur mostra o quanto foi valiosa a contribuição da *Teoria dos atos de fala* ou de linguagem de Austin e Searle (atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário), para os quais, em todo evento de fala, dizemos, fazemos algo ao dizer e produzimos efeitos pelo fato de dizer (AUSTIN, 1990).

O terceiro traço próprio do discurso é que ele é o lugar onde todas as mensagens são trocadas, reenviando a um interlocutor. Há outro falante ao qual o ato de fala se endereça e essa relação intersubjetiva constitui a linguagem como comunicação e, sobretudo, como comunicação da experiência vivida por cada um. A linguagem como discurso aparece então como a instância do diálogo. E o que é comunicado em primeiro lugar no evento de diálogo é um conteúdo proposicional (ato locucionário), que, para ser entendido, recorre a gestos, além de filtrar no contexto a polissemia das palavras. Mas o ato ilocucionário também possui marcas linguísticas contidas, sobretudo, no modo dos verbos. Já o ato perlocucionário seria o aspecto menos comunicável do ato de linguagem.

O último traço do discurso é que ele sempre se refere a um mundo, ao qual pretende descrever, exprimir, representar. Nesse sentido, ele atualiza a função simbólica da linguagem. É aqui também que aparece uma nova dialética do discurso, entre o sentido e a referência. Se a significação foi assumida

como o lado *objetivo* do ato de discurso, podemos agora perceber que essa objetividade pode ser vista de dois modos: quando se trata do *que* do discurso, temos o seu sentido; quando se trata do *acerca do que*, temos a referência. O sentido é imanente ao discurso e objetivo enquanto exprime uma *ideia* que pode ser compreendida por outrem. Já a referência se põe no movimento de autotranscendência da linguagem, apontando para o outro dela: o ser e o *mundo*.

Aos poucos alguns pensadores (I. A. Richards, Max Black e Monroe Beardsley) passaram a perceber que o uso da metáfora como uma conversão do sentido próprio de um nome em um outro sentido só pode ser sustentado por esse nome em virtude de uma comparação que reside na frase e que a mente capta. Para tanto, entra em cena a escola anglo-saxônia, com um esquema lógico-filosófico que sustenta uma nova compreensão da metáfora, desenvolvendo o estudo da mesma como um enunciado, embora não fundamente a teoria metafórica na linguística, mas na lógica. Especificamente, na lógica proposicional, que leva em consideração a frase, não a palavra, e desenvolve a metáfora com as características de um enunciado, dentro do esquema de predicação.

A abertura da semântica da palavra rumo à semântica da frase se opera, segundo Paul Ricoeur, pelos caracteres propriamente contextuais da palavra. A palavra real, a palavra como ocorrência dentro de uma frase, é algo totalmente distinto, seu sentido é inseparável de sua capacidade de ser o integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional.

A escola anglo-saxônia enquadra a metáfora nos domínios do sintagma. Suas bases, em nível de enunciado - isto é, de predicação -, encontram-se na retórica de Richards, na gramática lógica de Max Black, e na crítica literária de Monroe Beardsley.

A retórica de Richards, segundo Paul Ricoeur (2000a, p. 123-34), radicaliza a concepção de Benveniste. Ao dar primazia ao discurso e não à palavra, ela inaugura uma semântica da metáfora, nela identificando a configuração constitutiva da linguagem:

Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, a metáfora é “o princípio onipresente em toda a sua ação livre”; não constitui um poder adicional, mas a forma constitutiva da linguagem, [...] a metáfora diz respeito às próprias profundidades da interação verbal. (RICOEUR, 2000a, p. 128)

A metáfora existe na tensão entre dois pensamentos, um no *conteúdo*, ou na ideia subjacente, e outro no *veículo*, ou na ideia sob cujo signo a primeira ideia é apreendida.

Richards considera que as palavras não têm significações próprias. Só no contexto ou em situação discursiva, diz ele, elas adquirem sentido. O sentido nasce da interação entre as palavras. O mesmo se pode dizer da metáfora. Ela se constrói na interação das partes do discurso.

Existem várias linguagens, cujos extremos são constituídos, de um lado, pela linguagem técnica; do outro, pela poética. Na linguagem técnica, reinam significações unívocas, ancoradas em definições. Nenhum sentido se estabelece fora do movimento entre as significações. Na linguagem poética, o sentido se estabelece fora do movimento conceitual e as significações vão além.

Na palavra ou expressão metafórica, dois pensamentos de coisas distintas permanecem simultaneamente ativos. Por essa concepção psicológica da metáfora, se poderia supor, segundo Paul Ricoeur, que todo par de pensamentos abreviados em uma única expressão, constituiria uma metáfora. Para evitar esse tipo de generalização psicológica, Richards introduz a noção de *desvelamento*, ou seja, o processo metafórico no qual dois pensamentos pertencem a níveis distintos, no sentido de que se descreve um pelos traços do outro:

Segundo uma formulação elementar, a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é resultante de sua interação. Não se trata de um simples deslocamento de palavras, mas de um comércio de pensamentos, isto é, de uma transação entre contextos. Se a metáfora é uma habilidade, um talento, é um talento de pensamento. (RICOEUR, 2000, p. 129)

Na transação entre contextos de pensamentos, Richards chama *conteúdo* à ideia subjacente e *veículo* à ideia analisada pelos traços de outra. Para Paul Ricoeur, contudo, a metáfora não é somente o veículo mas também o todo constituído pelas duas metades, isto é, a presença simultânea do *conteúdo* e do *veículo*, e sua interação.

Paul Ricoeur registra que a concepção de *metáfora* põe em destaque dois pontos. Primeiro, ela evita a distinção entre sentido literal e sentido me-

tafórico. O par *conteúdo-veículo* ignora essa distinção. E o segundo ponto, mais problemático, este par não explica a relação entre os dois termos. Como será a relação *conteúdo-veículo*? Da ordem da comparação?

Dando, em verdade, prosseguimento à teoria de Richards, Max Black elabora uma gramática lógica da metáfora na qual condensa as teses essenciais de uma análise semântica da metáfora, que se estabelece no nível do enunciado em seu todo, para dar conta de uma mudança de sentido que se concentra na palavra.

Na gramática lógica, Max Black busca explicar o problema da inovação do sentido. Para isso, sua principal questão é: Como reconhecer uma metáfora? A partir dessa questão ele elabora sua teoria sobre a metáfora.

Para Max Black, o enunciado inteiro constitui a metáfora, mas a atenção concentra-se em uma palavra particular cuja presença justifica que se considere como um enunciado metafórico. Assim, a metáfora é uma frase ou uma expressão do mesmo gênero, na qual certas palavras são empregadas metaforicamente e outras, não. Esse traço permite distinguir a metáfora da alegoria, do enigma, do provérbio, nos quais todas as palavras são empregadas metaforicamente.

Segundo Paul Ricoeur, a vantagem da teoria de Max Black é que sua definição de *metáfora* permite isolar a palavra metafórica do resto da frase. O nome dado a esse fenômeno é *focus*, para designar a palavra, e *contexto*, *quadro* ou *frame*, para designar o resto da frase. Ele se pergunta, porém: Como o contexto, quadro ou *frame* age sobre o termo focalizado (*focus*) para nele suscitar uma nova significação, ao mesmo tempo irredutível ao uso literal?

Na perspectiva de Max Black, a metáfora funciona não sobre a significação lexical corrente, mas sobre um *sistema de lugares comuns associados*. Isto é, a metáfora é considerada como um *filtro* ou *tela*, que evita o sentido lexical e subtrai os sentidos do *sistema de lugares comuns associados*. É por isso que ela confere um *insight*.

Para Paul Ricoeur, a compreensão de Max Black sobrepassa a de Richards e traz como ponto positivo para o estudo da metáfora a afirmação da impossibilidade de substituição do termo metafórico por outros termos e de sua tradução exaustiva. Qualquer tradução da metáfora implica uma perda de sentido. Por isso a metáfora é portadora de informação.

Além desse aspecto positivo da teoria de Max Black, Paul Ricoeur destaca outros: a aproximação entre modelo e metáfora; a abertura da metáfora a uma lógica da invenção; a postulação de um conteúdo cognitivo novo. Ele recorre, porém, ao conceito de *sistema de lugares-comuns associados*, voltando-se para as conotações já estabelecidas. No entanto, Paul Ricoeur sustenta que os *lugares-comuns associados* não dão conta das novas configurações e implicações de uma “metáfora viva”.⁵ Seria difícil compreender as metáforas nesse *sistema de lugares-comuns*. Para Paul Ricoeur, Max Black não responde à pergunta: Por que as metáforas trazem implicações inusitadas dentro de um contexto (quadro)?

Sobre a mesma trilha de Max Black caminha a *crítica literária* ou estética de Monroe Beardsley, que busca, no entanto, retomar e responder às questões deixadas sem resposta por Max Black e Richards.

Monroe Beardsley, focalizando a atenção sobre a obra literária, descobre no campo da significação uma diferença entre significação primária e significação secundária. A primeira é o que a frase afirma explicitamente; a segunda, o que a frase sugere implicitamente.

O sentido primário é aquele que recorre às significações lexicais registradas de uma palavra, as que constituem a designação.

Já o sentido secundário ou figurado não é um desvio de sentido, mas o sentido construído no enunciado completo. Trata-se de significações inteiramente contextuais.

Segundo Paul Ricoeur, “uma obra literária é um discurso que comporta uma parte importante de significações” (RICOEUR, 2000a, p. 145). Isso vale também para a metáfora, porque ela é considerada um “poema em miniatura” (RICOEUR, 1972, p. 92-112). E o que está implicado na metáfora, como um *poema em miniatura*, são os núcleos das significações poéticas.

Uma metáfora possui um leque potencial de conotações. Para Paul Ricoeur, essa contribuição positiva de metáfora de Monroe Beardsley é atribuída ao absurdo lógico, no nível da significação primária, enquanto meio de liberar na significação secundária: “A metáfora não é senão uma das táticas que resultam de uma estratégia geral: sugerir alguma outra coisa do que aquilo

⁵ Metáfora viva em oposição às metáforas mortas ou aos termos que aparecem nos dicionários, como pé-de-meia.

que é afirmado.” (RICOEUR, 2000a, p. 149) No quadro da teoria de Monroe Beardsley, a metáfora seria uma construção inovadora na instância do discurso, em que os sentidos secundários se entrecruzam em uma colisão de distintos campos semânticos.

Ao conferir ao absurdo lógico um papel tão decisivo, Paul Ricoeur considera que Monroe Beardsley acentua o caráter de invenção e de inovação do enunciado metafórico. Porque, na primeira vez em que uma metáfora é construída, o modificador recebe uma conotação que não tinha até aquele momento:

A metáfora é, então, um acontecimento semântico que se produz no ponto de intersecção entre vários campos semânticos. Esta construção é o meio pelo qual todas as palavras tomadas conjuntamente recebem sentido. Então, e somente, então, a *torção* metafórica é simultaneamente um acontecimento e uma significação, um acontecimento significante, uma significação emergente criada pela linguagem. (RICOEUR, 2000a, p. 155)

2. Segunda parte

O caminho feito até aqui nos levou da compreensão da metáfora baseada na palavra, analisada pela retórica e pela poética, à compreensão da metáfora, baseada no enunciado e estudada pela semântica. Daremos agora outro passo apresentando a questão da metáfora a partir de entidades de dimensões mais amplas, como a obra ou o discurso, que proporcionam o acesso ao mundo extralinguístico. É este passo que nos possibilita a compreensão do ser pela metáfora.

Uma nova problemática emerge com esse novo ponto de vista: não mais a da metáfora como figura do discurso, focalizada sobre a palavra, nem a da metáfora como instauração de uma nova pertinência semântica, mas a da referência do enunciado metafórico enquanto poder de redescrever e configurar a realidade e dizer o Ser.

O que proporciona a Paul Ricoeur fazer a articulação entre a semântica e a hermenêutica é a possibilidade de distinguir em cada enunciado o sentido e a referência. Esta distinção foi feita por Frege, que a postulou a partir da

lógica. Segundo ele, *sentido* é o conteúdo ideal objetivo de uma proposição e *referência* é a pretensão de verdade da proposição. Dito de outro modo, *sentido* é o que um enunciado diz e *referência* é aquilo sobre o qual ele diz. O que um enunciado diz é imanente a ele, é sua harmonia interna. Já aquilo do qual ele trata é o real ou Ser na medida em que é expresso pela linguagem. Na referência, portanto, a realidade e o ser são ditos. Conforme Paul Ricoeur,

Essa transição da semântica à hermenêutica encontra sua justificação mais fundamental na conexão em todo discurso entre o sentido, que é sua organização interna, e a referência, que é seu poder de referir-se a uma realidade fora da linguagem. (RICOEUR, 2000a, p. 13)

A aplicação que Frege faz dessa definição ao conjunto do discurso implica uma concepção da linguagem na qual sua função é articular nossa experiência sobre o mundo ou dar forma a essa experiência.

Já que a linguagem articula a nossa experiência no mundo, cabe uma pergunta sobre a relação ou não da metáfora, enquanto parte do discurso, com o mundo: a metáfora ultrapassa sua realidade lingüística até as coisas e os acontecimentos? Ou seja, o que o enunciado metafórico diz sobre a realidade ou Ser?

A partir da teoria denotativa da metáfora de Nelson Goodman, Paul Ricoeur busca entender como acontece o sentido do enunciado metafórico. O estudo dessa teoria o leva a concluir que a referência e a denotação têm como finalidade atingir algum conhecimento da realidade e Ser.

Na obra de Nelson Goodman, os sistemas simbólicos *fazem e refazem* o mundo. Tanto na arte como na ciência, a função simbólica da linguagem é empregada do mesmo modo. Ela serve sempre a um desígnio cognitivo, que faz com que possamos falar em uma verdade da arte, sempre que se der o caso de uma simbolização ser apropriada aos seus dados. A estética é mais um criar e um recriar.

Para Nelson Goodman, a tese central da teoria denotativa da metáfora é a de que a linguagem metafórica é capaz de suspender a referência real e dar condição de acesso a uma referência virtual. Isto é, o sentido de um enunciado metafórico é suscitado pelo fracasso da interpretação literal, que faz com que o sentido se destrua a si mesmo. Ora, essa autodestruição do sentido condiciona,

por sua vez, o desmoronamento da referência primária e suscita o aparecimento de uma referência secundária.

Segundo Paul Ricoeur, essa

[...] autodestruição do sentido, sob a influência da impertinência semântica, é apenas o inverso de uma inovação de sentido do enunciado inteiro, inovação obtida pela “torção” do sentido literal das palavras. Essa inovação de sentido constitui a metáfora viva. (RICOEUR, 2000a, p. 351)

É na própria análise do enunciado metafórico que deve enraizar-se uma concepção referencial da linguagem poética que dê conta da abolição da referência da linguagem ordinária e se regule sobre o conceito de referência duplicada.

A metáfora, nesse contexto, é peça essencial e encontra-se de saída inscrita no quadro referencial. É função da linguagem poética fazer nascer outro mundo que corresponda a outras possibilidades de existir, mais próprias de nós.

A consequência mais importante dessa teoria, segundo o filósofo, é a renúncia em distinguir cognitivo e emotivo, porque para Nelson Goodman, na experiência estética, as emoções funcionam cognitivamente: o estético pressupõe a ação (re)criadora.

Paul Ricoeur pensa porém que a teoria da denotação generalizada é insuficiente porque não podemos unir denotação e referência. Por isso ele indicará a necessidade de dissociar *denotação* e *referência*, desfazendo a sinonímia estabelecida antes.

O autor da *MV* questiona a teoria de Goodman por seu nominalismo pragmático e por considerar a metáfora como uma união bígama, uma resistência do hábito à inovação, e não uma *epoché* de um modo de referência como condição da emergência de outro modo. Não se trata apenas de uma questão de *mudança de etiqueta*, tampouco de uma (re)organização da realidade, mas de uma maneira de ser das coisas, por meio de uma inovação semântica.

Não se pode estabelecer a função poética como um conjunto de recursos de efeitos associativos e emocionais desprovidos de valor referencial, portanto puramente subjetivista. A linguagem poética é um sistema simbólico que comporta uma função referencial igual à do discurso descritivo. Os sons, imagens e sentimentos que fazem parte do sentido da palavra poética são

expressões, isto é, representações e não descrições, exemplificam em vez de denotar, transferem a posse em vez de detê-la. Paul Ricoeur salienta: “as qualidades, neste sentido, não são menos reais que os traços descritivos que o discurso científico articula; pertencem às coisas antes de ser efeitos subjetivamente experimentados pelo amante de poesia” (RICOEUR, 2000a, p. 364).

As qualidades poéticas somam-se à configuração do mundo. São *verdadeiras* na medida em que são *apropriadas*, porque o enigma do discurso metafórico está no fato de ele inventar um duplo sentido da palavra: “o que ele cria, o descobre, o que ele encontra, ele inventa” (RICOEUR, 2000a, p. 365).

Para completar a teoria da denotação generalizada de Nelson Goodman, Paul Ricoeur avança no debate e propõe a reflexão sobre a verdade metafórica a partir da teoria dos modelos de Max Black.

Max Black começa sua reflexão pelo estudo comparativo entre a metáfora e o modelo. A teoria dos modelos, própria da linguagem científica, é para ele decisiva. A partir dela, ele defende que a metáfora é na linguagem poética o que o modelo é na linguagem das ciências, no que diz respeito à relação com a realidade.

Na ciência, o modelo é um instrumento heurístico ou, segundo a expressão de Mary Hesse retomada por Paul Ricoeur, um *instrumento de redescoberta*. Ele pertence à lógica da descoberta e não à da prova. Para Max Black, no entanto, o contexto da descoberta é bem uma lógica, ou melhor, a imaginação científica aí em ação tem um interesse propriamente epistemológico, consistindo assim em um processo cognitivo, não se reduzindo, pois, a uma mera psicologia da invenção.

Para Max Black, a relação entre a linguagem metafórica e o real é análoga àquela que se processa, no conhecimento científico, entre os modelos e a realidade. Segundo o autor da *MV*, “na linguagem científica, o modelo é essencialmente um instrumento heurístico que visa, através da ficção, quebrar uma interpretação inadequada e abrir o caminho a uma interpretação nova mais adequada” (RICOEUR, 2000a, p. 366). Sua função epistemológica é claramente exegética, pois proporciona formas alternativas de interpretação da experiência. A proposta de Max Black, assim como a de Paul Ricoeur, será mostrar como a linguagem metafórica constitui, também ela, um instrumento de interpretação da experiência.

A relação entre modelo e realidade não é a de original e imagem, mas se concebe mais no termo *esquema*, enquanto regra de construção de imagens

possíveis do real. Os modelos não são paradigmas a serem representados, mas são criados com o objetivo de descrever determinada realidade posicionada como original. Neste caso, os modelos são identificados com as mediações imaginativas e ficcionais que visam a uma maior inteligibilidade científica da experiência.

Segundo Max Black, existem três tipos essenciais de modelos epistemológicos: modelos de escala, modelos analógicos e modelos teóricos (RICOEUR, 2000a, p. 370-75).

Os modelos teóricos são os mais importantes para Paul Ricoeur porque são criações ficcionais da linguagem, produzidas pela imaginação, com o propósito de redescrever, sob uma forma inédita, determinada realidade. O original é descrito em uma nova linguagem, sem ser construído. O exemplo trabalhado por Paul Ricoeur, a partir de Max Black, é o da representação, feito por Maxwell. Para estudar o campo elétrico, o pesquisador admitia a existência do fluido imaginário, que no modelo teórico é um fluido com um expediente mnemônico para a apreensão de relações matemáticas.

A partir desse exemplo, Paul Ricoeur articula a relação de proximidade entre os modelos teóricos e a linguagem metafórica. Em primeiro lugar, diz ele, a metáfora estabelece, como os modelos, uma relação entre dois domínios diferentes; em segundo, ela redescreve determinada realidade usando a linguagem proveniente de outra dimensão; em terceiro, ela não é, em si, nenhuma realidade construída, mas constitui antes um artefato simbólico da linguagem, uma ficção heurística da imaginação, que descreve o real; em quarto e último lugar, a inovação de sentido produzida pela metáfora é proporcional à extensão de significação alcançada pelos modelos.

Como sublinha o autor da *MV*, os modelos epistemológicos não dispensam a criatividade como um de seus elementos fundamentais. Eles não são réplicas em miniatura de uma coisa real, mas construções originais, nas quais se podem ler as relações complexas da coisa a ser explicada. Por isso, ao recorrer a eles, a imaginação científica torna-se verdadeiramente criadora, estabelecendo novas conexões por meio do desvio de uma coisa puramente construída.

Na teoria de Max Black sobre a relação entre modelos e metáforas, Paul Ricoeur consegue precisar a função ontológica e gnosiológica dos artefatos simbólicos da expressão humana. A aproximação teórica entre os conceitos

de *modelo* e de *metáfora* implica superar a dicotomia positivista entre uma linguagem denotativa, informativa, por um lado, e a conotativa e emocional, por outro. Segundo o filósofo francês, é preciso superar a falsa cisão entre discurso científico e poético. Para isso, importa mostrar de que modo a linguagem poética tem o poder simbólico de reconfigurar e descrever o real, permitindo chegar a informações inéditas sobre o mundo.

Para Paul Ricoeur, a extensão da teoria da metáfora na teoria dos modelos não só confirma os traços principais da metáfora - interação entre predicado secundário e sujeito principal; valor cognitivo do enunciado; produção de nova informação; impossibilidade de ser traduzida ou de esgotar-se por paráfrases - mas também mostra que ambos, metáforas e modelos, são procedimentos hermenêuticos que permitem uma nova compreensão do Ser por meio da utilização da linguagem já dominada semanticamente.

A passagem pelas teorias de Nelson Goodman e Max Black leva Paul Ricoeur à conclusão de que a metáfora possui uma dimensão denotativa e um poder redescritivo. Esse poder redescritivo diz respeito à própria referência e à pretensão do enunciado metafórico de atingir de certa forma o Ser. Paul Ricoeur observa, porém, que a forma como esses autores articularam semântica e hermenêutica é insuficiente, pois não dá conta da tarefa de clarear a relação da linguagem com o seu outro, o Ser, isto é, não consegue estabelecer as condições de possibilidade da referência e do significado geral da linguagem. Para isso é necessária uma ontologia.

Somente uma reflexão ontológica, defende o filósofo francês, pode buscar os postulados da linguagem, principalmente da linguagem de referência desdobrada, própria à visada semântica do poético. É pela referência do discurso a algo exterior a ele, prossegue nosso autor, que a linguagem torna-se mediação entre o homem e o mundo, entre o homem e sua situação, entre o homem e o mundo.

Para Paul Ricoeur, o postulado fundamental da ontologia da linguagem é o da não contradição. Ele aceita que é “sempre *na* linguagem que se pretende falar *sobre* a linguagem” (RICOEUR, 2000a, p. 466). Para ele, o discurso especulativo é verdadeiro e válido porque a linguagem possui a capacidade reflexiva de pôr-se à distância e de considerar-se, enquanto tal, em seu conjunto, relacionada ao que é (ou Ser).

Nesse sentido, o filósofo vai buscar sua ontologia na linguagem mesma, visto que a linguagem não se fecha sobre si mesma, ela é abertura e,

por isso, sabe-se no Ser. Porém, o autor da *MV* não institui a linguagem como fundamento, ela é apenas mediação necessária para a reflexão, que quer decifrar nela o que o homem diz de si mesmo, de sua situação no mundo, no seio do Ser.

O fundamento ou a categoria última é o Ser ou a realidade, e a linguagem vem definida com base no Ser, como aquilo que é dito dele, isto é, a linguagem é o Ser ou a realidade que vem dita. Afinal, “é necessário que algo seja para que algo seja dito” (RICOEUR, 2000a, p. 467).

Isso não significa afirmar a univocidade de toda linguagem, seja ela ordinária, científica ou poética. Pelo contrário, há vários modos de se dizer a realidade ou o Ser. O modo que nos interessa neste estudo é o modo de re-descrição da linguagem poética, que é caracterizada pela teoria da metáfora. Esse modo rompe com a linguagem ordinária e científica e exige um conceito de verdade diferente daquele ligado à verdade-verificação, correlato de nosso conceito ordinário de realidade:

A função de transfiguração do real que reconhecemos à ficção poética implica que deixemos de identificar realidade e realidade empírica ou, o que vem a dar no mesmo, que deixemos de identificar experiência e experiência empírica. A linguagem poética vai buscar o prestígio à sua capacidade de dar à linguagem aspectos daquilo a que Husserl chamava *Lebenswelt* e Heidegger *In-der-Welt-Sein*. Por essa razão, ela exige que questionemos, também o nosso conceito convencional de verdade, quer dizer, que deixemos de o limitar à coerência lógica e à verificação empírica de modo a ter em conta a pretensão à verdade que se prende com a ação transfigurante da ficção. (RICOEUR, 1989, p. 36)

Paul Ricoeur combate assim a falsa epistemologia, que atribui somente aos enunciados científicos a denotação ou referência à realidade.

Em resumo, podemos dizer que a metáfora é poética porque é uma estratégia de discurso pela qual a linguagem despoja-se de sua função descritiva ordinária a fim de servir-se de sua função extraordinária de re-descrição. Nas palavras de Ricoeur:

[...] aqui reencontro a grande ideia de Aristóteles em sua *Poética*. A poesia é descrita como uma *mimesis* da ação humana (Aristóteles pensa na tragédia). Mas essa *mimesis* passa pela criação, pela *poiesis* de uma

fábula ou de um mito, que é o trabalho mesmo do poeta. Na linguagem que adotei aqui, diria que a poesia imita a realidade somente recriando-a em um nível mítico do discurso. Aqui ficção e redescrição vão de mãos dadas. É a ficção heurística que leva a função da descoberta na linguagem poética. (RICOEUR, 2006, p. 177)

Podemos falar, então, de verdade metafórica para manifestar a pretensão de atingir a realidade que está ligada ao poder de redescrição da linguagem poética: “A metáfora apresenta-se, então, como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder *heurístico* desdobrado pela *ficção*.” (RICOEUR, 2000a, p. 13)

A metáfora é uma ficção heurística que tem a função de descobrir e redescrever a realidade e o Ser. Ela o faz suspendendo a referência à realidade cotidiana. Ela permite por isso ver a realidade de outra forma, pois cria e estrutura uma nova realidade. Porém, esta nova realidade não é algo *interior* ou *subjetivo* frente ao *exterior* ou ao *objetivo*. Pensar assim seria conceber limitadamente e com prejuízo positivista. A referência criativa da metáfora aponta para o sentimento ontológico, que é o sentimento de pertença do homem ao Ser, prévia de toda divisão da realidade em sujeito e objeto.

A concepção de referência metafórica exige a afirmação da verdade metafórica. Paul Ricoeur propõe um conceito tensional da verdade. A ideia de tensão está presente na metáfora como tensão entre as interpretações literais e metafóricas do enunciado. A metáfora traz a tensão para o seio do enunciado, visto que é na cópula, isto é, no verbo *ser* que se estabelece a relação tensional entre o predicado e o sujeito do enunciado metafórico. Porém, agora Paul Ricoeur afirma uma tensão na função existencial da cópula: a tensão então estaria entre um *ser* e um *não ser*. O alcance ontológico desta função existencial procede da atribuição de um sentido metafórico ao Ser mesmo (RICOEUR, 2006, p. 465-82)

Dito de outro modo, os sentidos metafóricos dos enunciados apontam para uma referência metafórica, para referir-se a esse poder do enunciado metafórico de redescrever uma realidade inacessível à descrição direta, inclusive sugerindo fazer do *ver como*, no qual se resume a força da metáfora, o revelador de um *ser como*, no nível ontológico mais radical.

Considerações finais

Segundo Paul Ricoeur, há um avanço na compreensão de linguagem que nos faz passar desta compreensão da metáfora como *tropo* à metáfora como discurso. O avanço se deu conforme a compreensão de Benveniste. Para ele, a linguagem repousa sobre duas unidades: a do discurso (as frases) e a das unidades da língua (os signos). Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma de suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. Assim, não somente a frase não deriva da palavra, compreendida como lexema, isto é, em estado isolado, tal qual existe no código lexical, mas a própria palavra, enquanto sentido é um constituinte da frase.

É com base nessa concepção que Richards, Max Black e Monroe Beardsley, conforme mostrou Paul Ricoeur, apontaram para um avanço na compreensão da metáfora, indicando que ela não se limita a conduzir ao primeiro plano da significação, que são as conotações potenciais, mas põem em jogo propriedades que não eram, até então, significadas. Essas três vias de aproximações ao estudo da metáfora têm seus méritos. Porém, elas não levaram em conta que o poder da metáfora está em projetar, redescrever e revelar um mundo e é esse poder que permite a Paul Ricoeur afirmar a importância e a característica específica da metáfora.

Assim, o sentido da metáfora se expande para fora do limite semântico, criando outras possibilidades de significações e de sentidos, e exigindo um processo hermenêutico, com o qual se pode interpretar, configurar e reconfigurar a realidade ou o Ser. Ou, dito de modo metafórico, a linguagem poética da metáfora permite habitar outros mundos (RICOEUR, 2000a, p. 145).

Portanto, para a compreensão da metáfora, é necessário superar o limite do *sentido* e da *referência*. Isso implica um passo da semântica à hermenêutica, porque, pela perspectiva da semântica, busca-se o sentido da metáfora dentro do contexto da obra, em seus sistemas de relações. Nesse nível, a metáfora adquire um sentido delimitado pela própria sistematização. Contudo, o sentido não é a limitação ou o ponto final da reflexão. A nova pertinência semântica criada pela impertinência da metáfora a partir das suas experiências prévias implica (ou correlaciona) um mundo.

Paul Ricoeur, percebendo que ainda é possível e necessária uma reflexão sobre a metáfora que vá além da compreensão hermenêutica, aponta

para uma ontologia. Somente uma reflexão ontológica é capaz de legitimar a pretensão da linguagem metafórica de dizer o Ser da realidade.

A linguagem poética, diferentemente das linguagens ordinárias ou científicas, cria e estrutura uma nova realidade do Ser, além da realidade empírica. A realidade do enunciado metafórico não é apenas a realidade do *ser* e *não ser*, mas ontologicamente é a atribuição metafórica do *ser mesmo* em um *ser como*.

Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (coleção Os Pensadores)
- _____. *Arte retórica*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BEARDSLEY, M. *Aesthetics*. Nova York/Harcourt: Brace & World, 1958.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- BUNNIN, N; TSUI-JAMES, E. P. (Orgs.). **Compêndio de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2002.
- CÂMARA, J. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CAMPOS, G. **Pequeno dicionário de arte poética**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- DUBOIS, J. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- FILIPAK, F. **Teoria da metáfora**. Curitiba: HDV, 1983.
- GENTIL, H. S. G. **Para uma poética da modernidade: uma aproximação à arte do romance em *Temps et Récit*, de Paul Ricoeur**. São Paulo: Loyola, 2004.
- REZENDE, E. C. P. **A constituição originária da linguagem e do ser: uma expansão ontológica da tese de Ricoeur em *A metáfora viva***. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- RICOEUR, P. La métaphore et le problème central de l'herméneutique. **Revue Philosophique de Louvain**, v. 70, p. 92-112, 1972.
- _____. **Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés Editora, 1989.

_____. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, S. (Org.). **Da metáfora**. São Paulo, Educ, 1992, p. 143-60.

_____. **Leituras 2**: a região dos filósofos. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000a.

_____. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2000b.

_____. **A hermenêutica bíblica**. São Paulo: Loyola, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SEARLE, J. **Os atos da fala**. Coimbra: Almedina, 1981.

Recebido para publicação em 02 de fevereiro de 2010.

Aceito para publicação em 03 de março de 2010.